

Área de concentração: **Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia**

Subárea: **Direito Penal**

Em janeiro de 2016, um agente então com 18 (dezoito) anos de idade foi condenado pela Justiça Federal de primeira instância a uma sanção de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão pelas práticas dos crimes previstos nos arts. 288, caput c.c. parágrafo único, do Código Penal (*“Associarem-se três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: Pena - reclusão, de 1 a 3 anos. Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente”*) e 11 da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983), o qual estabelecia: *“Tentar desmembrar parte do território nacional para constituir país independente: Pena: reclusão de 4 a 12 anos”*. A sentença reconhecia que o agente integrava grupo armado que tinha o escopo de separar um determinado Estado brasileiro do restante do país, e que, no dia 02/04/2015, invadira a sede do governo estadual e, mediante o emprego de grave ameaça, exigia uma *“declaração de independência”* dos funcionários públicos presentes. Após a condenação em primeiro grau de jurisdição, o agente, que responde o processo em liberdade, desaparece, havendo rumores de que deixara o Brasil.

Em março de 2022, ainda sem decisão na segunda instância quanto ao recurso de apelação interposto pela defesa, os advogados do agente apresentam petição requerendo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. Apesar de reconhecerem o princípio da continuidade normativo-típica da imputação quanto à segurança nacional por parte do novo crime do art. 359-J do Código Penal (*“Praticar violência ou grave ameaça com a finalidade de desmembrar parte do território nacional para constituir país independente: Pena - reclusão, de 2 a 6 anos, além da pena correspondente à violência”*), alegam que o prazo prescricional foi alcançado.

Considerando o exposto, elabore uma resposta dissertativa acerca do instituto da prescrição, a qual aponte e analise os seguintes aspectos:

- 1 - Natureza jurídica; (0,5 ponto)
- 2- Origem histórica; (2,0 pontos)
- 3 - Visão retribucionista e principais teorias justificadoras; (5,5 pontos)
- 4 - A ocorrência ou não da prescrição no caso descrito. (2,0 pontos)